

SUCESSÃO

ACM admite que é candidato natural do PFL

Ele ressalva que posição não é "inarredável", pois julga que o momento exige alianças

KASSIA CALDEIRA

Enviada especial

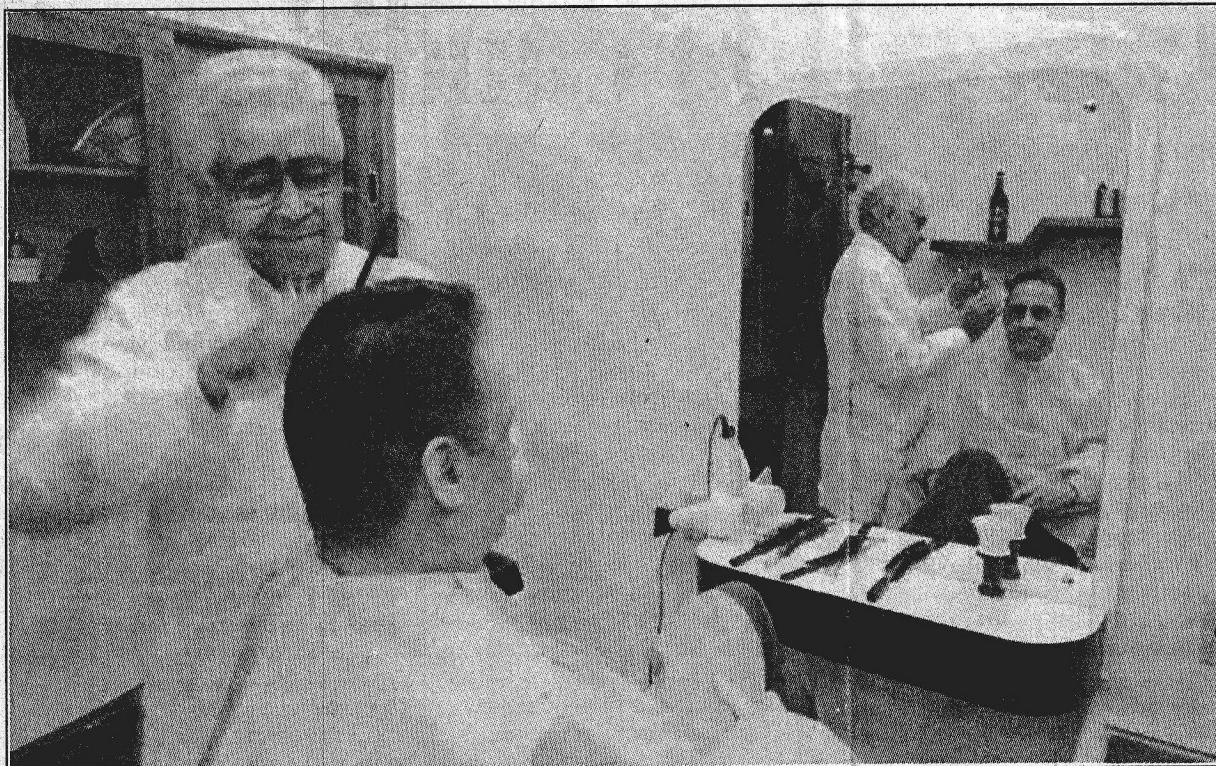
SALVADOR — O governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, admitiu ontem pela primeira vez se considerar o candidato natural do PFL à sucessão presidencial. Ele ressaltou, no entanto, que sua candidatura não é "inarredável", pois julga que a solução para o País requer alianças políticas. "Não podemos fixar um nome em cada partido ou as pessoas se julgarem inarredáveis porque têm uma respeitável pretensão", argumentou. "Nesse momento, o País está acima das pessoas."

Essé foi o tom da mensagem de ACM à Assembleia Legislativa de Salvador, na reabertura da legislatura de 1994. Enquanto falava aos deputados baianos, ele mantinha um ouvido ligado em Brasília. Sua expectativa é de que em 48 horas será decidido o destino da emenda que pode mudar o prazo de desincompatibilização para governadores e prefeitos.

"Gostaria mesmo é que tivesse reeleição, pois se isso ocorresse o Brasil veria um fato inédito na Bahia, a falta de concorrentes para disputar comigo", assegurou. Em seu discurso, o governador baiano criticou o governo federal, o Congresso e até o Judiciário.

"O Judiciário tem se mostrado lento, permitindo a continuação da procrastinação de certos advogados", acusou. Para o governador baiano, é preciso uma reforma ampla. "O problema não é apenas criar o Conselho da Magistratura, pois se os corregedores cumprissem sua missão, como as leis determinam, ele seria desnecessário", sustentou. "O caso é que o guardião da lei não a cumpre."

O governador denunciou como "intolerável" a presença de ex-ministros ou ex-procuradores que se tornam a um só tempo "arautos da moralidade" e valorosos defensores de réus de crimes inconfessáveis contra os cofres públicos. "Há proteções até mesmo quando o Ministério Público cumpre seu papel de denunciar", afirmou. "Não quero nem falar em nepotismo, pois não é meu propósito fazer corar ninguém."



José Varella/AE

A tesoura de JK

Mesmo ocupado em explicar ao País como vai funcionar a URV, o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, encontrou tempo ontem para cuidar da aparência. Cardoso aproveitou a hora do almoço e teve o cabelo aparado com a tesoura que cortava o

cabelo do presidente Juscelino Kubitschek. O instrumento pertence ao barbeiro Raimundo Manoel dos Santos, que corta os cabelos do ministro desde o tempo em que o hoje titular da Fazenda ocupava o Ministério das Relações Exteriores. Raimundo, pio-

neiro de Brasília, costuma atender aos diplomatas. No começo do ano, num comício em Goiânia, o ministro lembrou que seu avô tinha sido senador por Goiás e que Juscelino lançara na cidade goiana de Rio Verde sua candidatura à Presidência.